

# História, patrimônio cultural e educação patrimonial: uma reflexão sobre o lugar do patrimônio no âmbito da história

*André Fabrício Silva.\**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO  
ORCID: 0000-0003-4999-1987

*Ana Ferreira de Assis\*\**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. UNIRIO  
ORCID: 0000-0002-3506-8975

Artículo de reflexión derivado de investigación.

Recibido: 18-11-2018. Aprobado: 20-03-2019.

---

## Resumo

Embora diversas disciplinas se debrucem sobre o tema patrimônio cultural, é a História que se encontra instaurada como corpo profissional para alcançar as atividades de educação patrimonial nas escolas, naturalizando a relação História e patrimônio. Sendo assim, este artigo pretende investigar em quais discursos as ementas das disciplinas que tratam do tema patrimônio cultural dos cursos de História das universidades federais do Brasil estão pautadas para preparar o profissional da área em suas futuras ações que envolvam o patrimônio cultural. Com isso, e entendendo a institucionalização do patrimônio no Brasil, questionaremos a ausência do tema nos cursos de História e a maneira colonial e paternalista que ele assume quando a prioridade a esse lugar de ensino recai somente sobre o historiador.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural – Educação patrimonial – História – Interdisciplinaridade – Ensino de História.

---

\* Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrando do Programada de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Correo: andrefabricio.ufop@gmail.com

\*\* Bacharela em arqueologia e preservação patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) - Correo:

## **Historia, patrimonio cultural y educación sobre el patrimonio: una reflexión sobre el lugar del patrimonio en la historia**

### **Resumen**

Pese a que diversas disciplinas se dedican al tema, es la Historia la que dispone del cuerpo profesional conformado para tratar las actividades de educación patrimonial en las escuelas, naturalizando la relación Historia y patrimonio. Por eso, este artículo intenta investigar cuáles son los discursos en los que se basan los programas de las disciplinas que tratan del tema del patrimonio cultural en los cursos de Historia de las universidades federales brasileñas y cómo esos profesionales son preparados para actuar con el patrimonio cultural. A partir de ahí, y comprendiendo la institucionalización del patrimonio en Brasil, intentaremos cuestionar la ausencia del tema en los cursos de Historia y la manera colonial y paternalista que este puede asumir cuando el principal lugar de enseñanza recae únicamente sobre el historiador.

**Palabras clave:** Patrimonio Cultural - Educación patrimonial - Historia - Interdisciplinariedad - Enseñanza de la Historia.

---

## **History, cultural heritage and heritage education: a reflection on the place of heritage in history**

### **Abstract**

Despite the fact that several disciplines are dedicated to the subject, it is history that has the professional body formed to deal with heritage education activities in schools, naturalizing the relationship between history and heritage. For this reason, this article attempts to investigate what are the discourses on which the programs of the disciplines that deal with the theme of cultural heritage in the history courses of the Brazilian federal universities are based and how these professionals are prepared to act with cultural heritage. From there, and understanding the institutionalization of heritage in Brazil, we will try to question the absence of the subject in History courses and the colonial and paternalistic way that it can be assumed when the main place of teaching falls only on the historian.

**Key words:** Cultural heritage - Heritage education - History - Interdisciplinary - History teaching.

---

## I. Introdução

Quando se pensa nas práticas educacionais patrimoniais no Brasil, principalmente no que tange as atividades voltadas para a educação patrimonial, é quase unânime a participação de professores de história nesse processo. Apesar de haver um grande número de áreas que se debruçam sobre os estudos sobre o patrimônio, essas ações quando pensadas como projetos educacionais por parte do estado, que visam desenvolver atividades que envolvam o tema patrimônio cultural, são estruturalmente desenvolvidas no âmbito da História.

Ao observarmos a disciplina História dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, podemos identificar orientações que deixam explícitas as responsabilidades dos professores, uma vez que parte do princípio de que o professor é o facilitador no processo de busca de conhecimento, organizando e coordenando as situações de aprendizagem. Desta forma, as diretrizes curriculares, desde o ensino básico ao médio, tratam o ensino de História como espaço para se “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro”<sup>1</sup>, suscitando debates sobre “como acontece a preservação do patrimônio histórico cultural da localidade onde vivem, relacionando-o com as memórias e as identidades locais, regionais, nacionais e/ou mundiais”<sup>2</sup> em que “a constituição do patrimônio cultural diverso e múltiplo e sua importância para a formação de uma memória social e nacional (...) são abordagens necessárias aos educandos.”<sup>3</sup>.

Esse artigo reflete e discute sobre o preparo teórico-metodológico que o Historiador adquire na sua formação profissional dentro das instituições oficiais de ensino no que tange ao tema Patrimônio Cultural. Entendemos que, para alcançar esse objetivo do PCN exposto acima, é necessária uma abordagem que expanda o conceito de patrimônio para algo dinâmico e que respeite sua complexidade de acordo com seus contextos específicos de significação.

Tendo como base os apontamentos nas diretrizes curriculares sobre o tema patrimônio cultural dentro da disciplina história, parece ficar subtendido que o Educador Historiador, na sua formação, tem um amplo acesso aos debates teóricos sobre a questão e todo o espectro que envolve esse

- 1 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 166 págs. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf> Acessado no dia 06/06/2018
- 2 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC / SEF, 1998. 108 págs. – Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf) - Acessado no dia 06/06/2018
- 3 Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 págs. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3). Disponível em : [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf) - Acessado no dia 06/06/2018

campo, naturalizando, nesse sentido, a relação Ensino de História e Patrimônio, como se fossem algo complementares. Embora nos contextos sociais e culturais modernos, a categoria patrimônio tenda a ser delineada de modo nítido, Reginaldo Gonçalves adverte que essa categoria, mesmo sendo usada em contextos diversos, deve ser tratada com certa precaução.<sup>4</sup>

Isso sugere uma reflexão acerca do campo do patrimônio no Brasil e qual o lugar do historiador nesse processo. E é reportando a essa experiência do patrimônio que iremos perceber dentro dos estudos que envolvem a educação patrimonial na prática escolar que, o Educador de História, ao fazer uso do patrimônio é quase sempre ligado a uma experiência civilizacional, compreendendo o patrimônio dentro de uma visão simbólica meramente elucidativa. Ou, “conhecer para preservar”, colocando o patrimônio, principalmente o material, pensado como objeto histórico que traz uma memória do passado, remetendo a uma certa identidade que deve ser preservada no presente e prolongada ao futuro. Esta lógica, acaba por reproduzir um *status quo*, legitimando uma visão de patrimônio e a camada social que ele representa<sup>5</sup>. Parte desse pensamento pode ser entendido a partir do processo de formação desses profissionais.

## 2. Patrimônio Cultural Nacional Instituído e outras abordagens sobre o patrimônio.

No Brasil, o processo de construção do patrimônio nacional institucionalizado se deu na medida em que o Estado tomou a questão para si, assumindo em nome do interesse público, a identificação e a proteção dos bens culturais que simbolizassem a nação. A partir do momento que cerne a ele o dever de preservar os elementos indicadores da identidade nacional, o próprio significado do termo Patrimônio Cultural fica estritamente vinculado aos seus interesses e assim, justificadamente, identidades são enaltecidas ou negligenciadas. Dentro deste processo, como corpo profissional de pesquisa e produção científica, os historiadores ocuparam um lugar de protagonismo devido à forma como o meio público foi configurado para agir em relação ao patrimônio nacional. Esta forma de administrar e instituir o patrimônio cultural brasileiro se torna presente mais precisamente após a independência.

O acontecimento de independência propiciou aos atores políticos do período uma experiência singular, marcada pela emergência de uma nova forma de experimentar o tempo, uma consciência que agora se configuraria como brasileira e que deveria ser captada a partir de elementos que cortassem o “cordão umbilical” do Brasil com Portugal. Nesse processo, a primeira tentativa por parte do estado em pensar a ideia de Brasil como síntese das partes surge com a fundação do Instituto Histórico e

4 GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007.

5 DEMARCHI, João Lorandi. *Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial*. Em: *Revista CPC*, São Paulo, n.22, págs. 267-291, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119941>.

Geográfico Brasileiro (IHGB). Porém, o que se configura é mais uma concepção de continuidade do que de ruptura.

A finalidade do instituto era o recolhimento, a classificação e a guarda de documentos relativos à história e a geografia brasileira que compusesse a história nacional. Uma história capaz de unificar a nação pela construção de um passado composto por mitos de origem, personagens marcantes e eventos memoráveis. Tal finalidade coadunava com o projeto de construção de um Brasil que desde o império foi norteador por uma perspectiva ocidentalizada, com importante participação de intelectuais, sugerindo e influenciando a elaboração de políticas<sup>6</sup>. Alguns elementos desse projeto podem ser observados na carta enviada a Dom Pedro II por um dos mais importantes historiadores do IHGB:

“Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade”<sup>7</sup>

Ao explicitar o que seria, na sua concepção, os elementos definidores da identidade nacional, Varnhagen apresenta o pensamento do IHGB que, nos apoiando nas definições de Fernand Braudel sobre a permanência, a continuidade do pensamento histórico dentro de uma perspectiva temporal de longa duração<sup>8</sup>, irá estruturar o pensamento do historiador na abordagem sobre o patrimônio ao longo do século XX e XXI.

Se, no final do XIX, surge a preocupação em definir a história da nação, além de buscar inseri-la no processo civilizatório do ocidente, quando os letrados passam a escrever sobre coisas locais, é no período do Estado Novo que essas características passam a ser evidenciadas de forma ativa. Já neste

6 Isso inclui políticas indigenistas, patrimoniais, e como tal, ocidental, e excluía do processo da nação as pequenas camadas que não faziam parte da elite. MOTA, Lucio Tadeu. A revista do instituto histórico geográfico Brasileiro (ihgb) e as populações indígenas no Brasil do II reinado (1839-1889). Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil, vol. 10, núm. 1, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41383>.

7 (VARNHAGEN apud GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: 5 – 24. 1988, pág. 7. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935).

8 Tomamos o pensamento de Fernand Braudel como referência para compreender que o conceito de patrimônio no âmbito da história não sofreu processo de mudanças significativas no decorrer do tempo. Ao propor uma crítica entre história e ciências sociais no que tange a perspectiva temporal, afirmando que a história é uma dialética da duração, conseguimos compreender a permanência do pensamento sobre o patrimônio no campo da história enquanto que nas áreas das ciências sociais o termo patrimônio foi constantemente problematizado. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A longa duração. N.º 62 — REVISTA DE HISTÓRIA — Vol. XXX Ano XVI. Abril-Junho, 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>.

momento, a participação dos intelectuais modernistas é de fundamental importância na concretização dessas narrativas, quando monumentos ressurgem como objetos centrais na constituição da narrativa sobre patrimônio.

As práticas de preservação e difusão da memória institucional se dão mediante ações nas quais a memória individual, entendida como capacidade cognitiva de evocar elementos materiais ou simbólicos ausentes, são preenchidas pela memória coletiva. A memória coletiva é representada sobre forma do passado, sendo assim, atua como narrativa legítima do passado de um grupo social, como elemento de uma identidade social<sup>9</sup>. Nesse sentido, as narrativas sobre o patrimônio nacional estabelecidas no Estado Novo atuaram no intuito de forjar uma ideia de “memória coletiva nacional”. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>10</sup> por meio do Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937 é significativo nesse processo.

O IPHAN torna-se um espaço acadêmico em que o lugar de fala é agora institucionalizado, realizando debates que sugerem uma formação discursiva específica, cuja discussão central é dada pelo permanente debate em torno da ideia de patrimônio. A tematização do significado das categorias históricas, do passado, da estética nacional é pensada dentro desse eixo articulador em volta da ideia de patrimônio, pensado num primeiro momento como edificado, tendo no tombamento a sua primeira forma de preservação.

Embora o projeto do patrimônio nacional estabelecido no IPHAN tinha clara influência da arquitetura, objetos que representariam o passado nacional preterido pelo Estado Novo, o que justifica o grande número de arquitetos envolvidos no processo de preservação, a narrativa que se estabeleceu sobre esses objetos foi elaborada em sua maioria por historiadores. A linha editorial do SPHAN é um grande quadro representativo dessa escrita, sendo composta por dois tipos de publicações: A Revista do SPHAN e Publicações do SPHAN<sup>11</sup>. Esta apresentava trabalhos monográficos. A Revista do SPHAN continha artigos, resenhas, resumos bibliográficos e reproduções ou transcrições de documentos, além de reproduções fotográficas. Marcia Chuva aponta que historiadores da arte foram os mais numerosos

9 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

10 Para o nosso estudo utilizaremos a denominação IPHAN. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936- 1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990- 1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994).

11 Segundo Raul Lanari “A linha editorial do SPHAN fez parte da primeira iniciativa brasileira de reunião de uma vasta gama de intelectuais e profissionais em torno da temática conservacionista, veiculando pesquisas que versavam sobre diferentes visões sobre o patrimônio nacional. Começaram a ser veiculados em 1937, ano da criação do SPHAN. LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45)*. Dissertação de Mestrado. 2010, pág. 11.

a contribuir com artigos para a linha editorial do IPHAN. Responsáveis pela produção de um discurso sobre as origens, esses autores, legitimados pelas fontes inéditas<sup>12</sup>, representaram um valor de extrema importância na configuração da nova área de intervenção do IPHAN. A característica da produção discursiva dos historiadores contribuiu para a construção e legitimação do discurso a respeito do passado que se desejava construir e proteger.

“A maioria desses estudos era de caráter historiográfico, e, embora partindo do vestígio material, tinha a preocupação de alcançar a “verdade histórica”, revelada a partir da necessidade, repetidamente lembrada, de se recorrer a fontes inéditas, autenticando a originalidade dos trabalhos que sempre deveriam conter uma bibliografia.”<sup>13</sup>

A ideia de patrimônio forjada pelo IPHAN foi marcada por uma concepção de identidade nacional ancorada no período colonial, cuja arquitetura barroca erigida pelo colonizador português unificava o território, conferindo a identidade nacional desejada. O discurso simbólico, no contexto do pensamento nacionalista, do “resgate” da identidade nacional, carregou em si as definições de patrimônio. As noções de patrimônio elaboradas dentro do IPHAN são as que irão compor a rede discursiva em torno do tema, o bem cultural transformado em monumento mediador entre o passado e o presente, estabelecendo essa ideia de que os objetos carregam elementos significativos da identidade nacional. Nesta ótica, conhecendo e preservando, estaríamos preservando a identidade nacional.

Essa concepção de patrimônio iria guiar as políticas do IPHAN até o final da década de 1970, quando, a partir daí as ações do órgão são descentralizadas e o discurso fundado sobre o conceito de referências culturais que entendem o patrimônio como resultado de processos dinâmicos da cultura ganham destaque. Iremos perceber mais adiante que, mesmo diante dos processos de reconfiguração do pensamento sobre o patrimônio, no âmbito da história, ainda permaneceu elementos do pensamento patrimonial elaborado pelas instituições que se desenvolveram os primeiros pensamentos sobre o tema no final do XIX e início do século XX.

Neste cenário, em que o patrimônio como conjunto de bens materiais, como herança, como acervo cultural, predomina no pensamento brasileiro, outros campos avançam no debate sobre o patrimônio. Revela que o conjunto de sentidos sobre o patrimônio não se detêm a uma homogeneidade estável, eles se renovam na medida em que as configurações econômicas e sociais colocam em debate a

---

12 Nesse período era grande a preocupação da instituição na busca de fontes primária para elaboração de seus estudos. Colaborou para uma campanha de pesquisa e levantamento documental que foram sendo acumulados nos arquivos do órgão e conseqüentemente divulgados na revista.

13 CHUVA, Márcia Regina Romero. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, pág. 250.

própria ideia de identidade cultural. As tradicionais identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em processo de declínio, fazendo surgir novas identidades e consequentemente a necessidade de se repensar a ideia de patrimônio.<sup>14</sup>

O campo da Museologia tem um importante destaque nesse processo. Procurou repensar a própria ideia de Museu na medida em que as demandas sociais exigiam urgência na concepção que a área tinha sobre o patrimônio. Nesse quadro, destaca-se a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, em 1972, evento organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo propósito era discutir a situação dos museus na América Latina na qual se deu a “naturalização de conceitos como “integral” e “ação comunitária”<sup>15</sup>. Esse esforço de adequação foi sintetizado pelo Diretor Geral da Unesco, Frederic Mayor, na abertura da XV Conferência Geral do ICOM no ano de 1989:

(...) o fenômeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural - quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da crescente tomada de consciência cultural como reação às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais tem no plano das instituições, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus (...) Esta evolução é, evidentemente, tanto qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus ‘sans murs’, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica”<sup>16</sup>.

O debate estabelecido em Santiago desembocou no aparecimento de uma nova corrente museológica que, sob o nome de Nova Museologia<sup>17</sup>, propunha uma renovação dos princípios e metodologias desta disciplina das ciências sociais. Novas formas de se pensar museologia (eco museus, museus escolares, comunitários, de vizinhança, de cidade, etc.) começavam a espalhar-se pela Europa e pela América,

14 HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

15 SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v.7, n. 1, págs. 15-30, jan.-abr.2012, pág. 19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>.

16 Apud MOUTINHO, Mario. Sobre o conceito da Museologia Social. Cadernos de Museologia, N.º 1, 1993, pág. 7. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>.

17 Os princípios que passaram a orientar as ações da nova museologia foram apresentados no Ateliê Internacional Ecomuseus-Nova Museologia, realizado em Quebec em outubro de 1984. Ficou definido como “Declaração de Quebec”.

reconfigurando o pensamento museológico em torno do patrimônio<sup>18</sup>. Paralela a essas mudanças, uma corrente de pensamento museológico ganha destaque no contexto da Europa, precisamente na região leste. Pensadores como [Zbynek Zbyslav Stránský](#), Vinos Sofka, Anna Gregorová, Wojciech Gluzinski ao procurarem propor uma teoria no intuito de entender a Museologia enquanto uma disciplina científica, formularam conceitos que estabeleceram um novo parâmetro de relação entre Museu e Patrimônio<sup>19</sup>.

Nos estudos sobre a Teoria do Patrimônio, Teresa Scheiner oferece importante contribuição, pensando a relação entre sociedade e patrimônio como um grande mosaico, em que as imagens se rearticulam de forma contínua, redefinidas no constante movimento entre as fronteiras e zonas de proximidade<sup>20</sup>. Destaca-se também o trabalho desenvolvido pelo poeta e museólogo Mário Chagas. O autor procura desde os anos 1980 propor reflexões acerca das relações de poder dentro dos Museus, pensando a prática museológica para além dos espaços oficiais, contribuindo, nesse sentido, para o avanço da museologia social no Brasil. Ele procura problematizar a ideia estabelecida entre Patrimônio e Museu, inserindo espaços até então excluídos pelo pensamento oficial sobre o tema<sup>21</sup>. No esforço de fomentar a voz aqueles que geralmente são silenciados, contribuiu para a criação de diversos museus comunitários<sup>22</sup>, destacando o processo de descolonização que se faz necessário nos espaços museológicos.

Outros campos das ciências sociais se debruçaram sobre o tema patrimônio no Brasil a partir dos anos 1980, alavancado pelo processo de redemocratização, dando novas perspectivas à preservação do patrimônio cultural. Esse ambiente trouxe em destaque os segmentos de minorias e grupos étnicos que lutavam por reconhecimento, levando à proteção de novos objetos<sup>23</sup>. Nos anos 1990 também foi significativo os estudos sobre o patrimônio, momento em que o IPHAN, como guardião legal do patrimônio histórico e artístico cultural desde 1937, é analisado por seu papel na construção do patrimônio nacional<sup>24</sup>. Para Marcia Chuva, esse novo enfoque conceitual proporcionou mudanças que

18 CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. *Museologia social: reflexões e práticas (f guisa de apresentação)*. Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - *Museologia Social*, 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>.

19 CURY, Marília Xavier. *Cadernos do CEOM - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação*, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2271>.

20 SCHEINER, Teresa Cristina M. *Imagens do 'Não Lugar'*. Comunicação e os 'novos patrimônios' - Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004.

21 CHAGAS, Mario. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Mario Chagas Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

22 Pode-se dizer que as pesquisas mais lembradas são dos antropólogos Silvana Rubino (1991), Mariza Veloso (1992), Reginaldo Gonçalves (1996); das sociólogas Tarcila Guedes (1994), Maria Cecília Londres Fonseca (1997); os arquitetos Lauro Cavalcanti (1993) e Márcia Sant'Anna (1995).

23 NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3, págs. 121-147. set.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126845>.

24 Pode-se dizer que as pesquisas mais lembradas são dos antropólogos Silvana Rubino (1991), Mariza Veloso (1992), Reginaldo Gonçalves (1996); das sociólogas Tarcila Guedes (1994), Maria Cecília Londres Fonseca (1997); os arquitetos Lauro Cavalcanti

se relacionam com o novo papel do Estado e a inclusão de outras esferas do poder público, como consequência dos novos interesses de setores da sociedade civil <sup>25</sup>. Tal acepção ampliou a noção de patrimônio.

No esforço de repensar o lugar do Historiador e a relação que a História estabelece com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, Marcia Chuva organiza a 34ª edição da Revista do SPHAN reunindo pesquisadores e profissionais que buscaram trazer contribuições ao tema<sup>26</sup>. No entanto, nota-se uma tentativa de rever o discurso historiográfico acerca do patrimônio apoiado em aspectos materiais. As reflexões sobre os usos e demandas do passado, redefinindo uma narrativa renovada sobre os eventos que permeiam determinados objetos históricos, reproduzem em certa medida o pensamento que se estabeleceu no final do XIX e início do século XX no Brasil. Não se superou a ideia de patrimônio voltada para os objetos materiais, objetos como documentos de um passado, concedendo-o valor patrimonial. O patrimônio enquanto processo de transição, que adquire múltiplas facetas que envolvem as dinâmicas sociais ligadas a diversos grupos representados por um incomensurável conjunto de traços e padrões, que se articulam, dando ao patrimônio um caráter múltiplo, parece não configurar o pensamento dos estudos historiográficos sobre o tema.

Quando analisamos o universo em que os profissionais da área de História trabalham, principalmente no ato de lecionar sobre o tema, dentro das disciplinas de história e nos programas de educação patrimonial, o pensamento sobre o patrimônio enquanto representação material é ainda mais perceptível. Desta forma, a valoração ensinada, entendendo ainda os limites das estruturas escolares brasileiras, sobre o que é identidade nacional a partir do patrimônio cultural, continua atrelada às prioridades do Estado e ao discurso construído por ele de acordo com seus interesses preservacionistas. Interesses estes, que encontram no “salvaguardar o passado para melhorar o futuro” caminhos para manter identidades privilegiadas ou negligenciar identidades que colocam em xeque seu discurso.

### 3. História e Educação Patrimonial: herança material nas práticas educativas.

Mario Chagas afirma que a primeira tentativa de se estabelecer um “marco zero” para a educação patrimonial no Brasil se deu em 1983 na cidade de Petrópolis. Na ocasião, ocorreu o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ.

---

(1993) e Márcia Sant’Anna (1995).

25 CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: OFICINA DE PESQUISA: a pesquisa histórica no IPHAN, I., 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/14172680/O\\_of%C3%ADcio\\_do\\_Historiador\\_sobre\\_%C3%A9tica\\_e\\_patrim%C3%B4nio\\_cultural](https://www.academia.edu/14172680/O_of%C3%ADcio_do_Historiador_sobre_%C3%A9tica_e_patrim%C3%B4nio_cultural).

26 BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. MES: SPHAN. Números 34. Ano 2012. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf)

Foi introduzida a expressão Educação Patrimonial inspirada na metodologia desenvolvida na Inglaterra, denominada *heritage education*<sup>27</sup>. Debruçando sobre o tema, Horta afirma que a Educação Patrimonial

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”<sup>28</sup>

A Educação Patrimonial é pensada como um importante mecanismo que favorece uma determinada leitura sobre o passado, com o intuito de propor uma releitura do presente. Nessa configuração, crianças e adultos são levados a um processo de apropriação e valorização da sua herança cultural, cujo objetivo é propiciar um melhor usufruto dos bens patrimoniais<sup>29</sup>. Pode-se compreender que a Educação Patrimonial na visão desses autores favorece o seu uso quando se trata de pensar as práticas de ensino de história, ancorada na disciplina História da Educação.

A História da Educação é importante meio de promoção do acesso a uma visão diacrônica da educação, sendo a educação um ponto de transformação. O estudo do patrimônio é essencial nesse processo. A abordagem de novos temas e fontes documentais referentes ao patrimônio cultural é vista como importante ferramenta educacional no estímulo à “redescoberta” de histórias, memórias, identidades e fortalecendo o direito à cidadania<sup>30</sup>.

Na sua fundamentação, esta abordagem tem íntima relação com as propostas de ensino de história dentro dos parâmetros curriculares. Os currículos propõem práticas diversas no intuito de facilitar a criação de propostas consistentes de exploração educativa das fontes patrimoniais. Com base nos currículos, as práticas de uso da educação patrimonial tornaram-se recorrentes no ensino de história, na tentativa de aproximar o conteúdo da disciplina à realidade social das escolas.

27 Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao\\_museu\\_patrimonio\\_tensao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf). Acessado em: 08/10/2008.

28 ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. FAGUNDES, José Evangelista. ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (Org.). Reflexões sobre história local e produção de material didático. Natal: EDUFRN, 2017, P 04. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23433/10/Reflex%C3%B5es%20sobre%20hist%C3%B3ria%20local%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20material%20did%C3%A1tico.pdf>

29 Idem, pág. 6.

30 PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

A ideia de ensino presente na teoria da história do historiador Jörn Rüsen, a partir da articulação dos conceitos como 'consciência histórica', 'didática da história', 'tradição' e 'formação', irão influenciar diversos estudos sobre o ensino de história e educação patrimonial no Brasil. Para Rüsen a consciência histórica é definida como uma categoria que se relaciona a toda forma de pensamento histórico, por meio do qual os sujeitos possuem experiência do passado e o interpretam como História. Nesse aspecto, entende-se a consciência histórica, e sua implicação na identidade do sujeito, como objeto da Didática da História. Esse pensamento propõe a análise de todas as formas do raciocínio e conhecimento histórico que envolvem a vida cotidiana e suas práticas<sup>31</sup>. Somado ao debate sobre a tradição presente na sua obra "Razão Histórica", ele expande o pensamento da Didática da História como mecanismo de ensino que extrapola o universo escolar; onde o pensamento histórico, percebendo o passado como condicionante do agir sobre a realidade, deve ser considerado no ambiente escolar<sup>32</sup>. Desta forma, a história é entendida não somente nos espectros acadêmicos/escolares, mas se insere no cotidiano, nas relações sociais, em que as distintas narrativas são construídas cotidianamente. É neste sentido que os estudos sobre a educação patrimonial relacionada ao ensino de história se apoiam e acabam por reproduzir um pensamento tradicional sobre a ideia de patrimônio.

Um quadro que se revela na análise desses trabalhos é a percepção do patrimônio guiado pelo pensamento que se elaborou e serviu como mecanismo de preservação do IPHAN, entendendo os objetos patrimoniais por meio de conceitos apontados de "autenticidade", "originalidade" pertencente a uma "tradição genuína", consolidando os bens materiais como importante elemento ligado a representação de uma identidade. Ao preservar esses objetos estaríamos preservando a nossa identidade, ao mesmo tempo que esses objetos se tornam fontes educacionais.

Dentro desses conceitos que valorizam uma "originalidade", os trabalhos de educação patrimonial são realizados no intuito de "...fazer com que os jovens conheçam o "passado público" e façam uma relação deste com sua própria história, e assim desenvolvam atitudes que os levem a valorizar e conservar seu patrimônio cultural..."<sup>33</sup>), afirmando que "o patrimônio pode ser pensado historicamente enquanto evidência do passado, fontes que fornecem sentidos e identidades culturais para todas as esferas sócias.<sup>34</sup> . Em alguns casos, fixa-se a ideia de uma reconstrução do passado por meio do objeto patrimonial:

31 RÜSEN, Jörn. *Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. Práxis Educativa, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006. Tradução de Marcos Roberto Kusnick.

32 RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

33 CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REALIZAÇÃO DO PROJETO MAIS CULTURA NAS ESCOLAS NA ESCOLA MUNICIPAL BORGES MACHADO, NO PIAUÍ. CULTURA HISTÓRICA & PATRIMÔNIO, volume 4, número 1, 2017, pág. 103. Disponível em: [https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura\\_historica\\_patrimonio/article/view/05\\_art\\_cerqueira\\_v4n1](https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/05_art_cerqueira_v4n1)

34 NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. História, Patrimônio e Educação Escolar: diálogos e perspectivas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo/SP, 2011, pág. 10. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300708999\\_ARQUIVO\\_artigo\\_anpuh\\_nacional.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300708999_ARQUIVO_artigo_anpuh_nacional.pdf).

“...a educação patrimonial se torna extremamente importante no processo de reconhecimento, valorização e preservação dos bens patrimoniais da sociedade, e a disciplina de História tem sua função neste processo: reconstruir o passado histórico.”<sup>35</sup>

Tratam a educação patrimonial a partir da perspectiva de uma “conscientização” ao invés de fomentar a autorreflexão do sujeito sobre seus elementos de identidade. Silveira e Bezerra criticam esse pensamento comum em projetos educativos cujo propósito é levar um conhecimento sobre o patrimônio a uma comunidade escolar específica onde se encontra os objetos patrimoniais. Consideram esta uma relação paternalista, que de certa forma não diz respeito aos envolvidos, entendendo o Outro como sujeito das relações<sup>36</sup>. Para elas, os usos do passado não podem ser percebidos por meio de uma violência simbólica, tal qual como se estruturou o pensamento sobre o patrimônio no Brasil.

Em alguns casos, a educação patrimonial é utilizada como forma de complementar assuntos discutidos em sala de aula tendo como base os livros didáticos. É possível afirmar que os livros didáticos em sua maioria tratam de elementos da história que dizem respeito majoritariamente a uma ideia nacional de história, de grandes eventos e heróis nacionais, do que aspectos que tratam da realidade específica dos estudantes e do lugar. Feito desta forma, o trabalho com o patrimônio cultural serve para confirmar o discurso oficial que se estabeleceu sobre a história do Brasil, reafirmando colonialismos e paternalismos.

Encontramos, portanto, estudos que afirmam que os trabalhos que envolvam o ensino de história não devem se restringir apenas as informações contidas nos livros didáticos. O patrimônio é visto como “vestígio histórico” e por isso é passível de utilização por parte dos alunos para relacioná-los com a historiografia sobre temas específicos<sup>37</sup>. Assim, o bem patrimonial é usado como forma de legitimar determinado tema abordado pelo professor<sup>38</sup>.

O pensamento tradicional sobre o patrimônio por parte dos educadores da área de história torna-se mais evidente quando observamos os estudos realizados por Lucivani Gazzola com professores da rede pública e privada no município de Joaçaba/SC acerca do patrimônio cultural local relacionado ao ensino de história. O quadro releva algumas dificuldades de relacioná-los e como o pensamento

---

35 NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA NA ILHA DO MEL. *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 1, págs. 253-269, jan./jun. 2015, pág. 258. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/20852/16797>.

36 SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

37 ROSSI, Claudia Maria Soares. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. *Horizontes*, v. 35, n. 1, págs. 113-120, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/122>.

38 MATTOZZI, Ivo. CURRÍCULO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO. Educação em Revista | Belo Horizonte | n. 47 | págs. 135-155 | jun. 2008. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/09.pdf>.

sobre o patrimônio voltado para a ideia de “originalidade” e “significação nacional” interfere na própria compreensão do patrimônio local. A dificuldade em se arrolar o conteúdo do livro com o patrimônio cultural local é destacado na fala do professor:

“[...] Pra falar a verdade, não é muito abordado [...] por vários motivos [...] é [...] na maioria das vezes utilizamos o livro e as questões locais não são contempladas [...] nós teríamos que ter mais tempo pra pesquisar em nível local, mas aí acaba atrasando os conteúdos, e os próprios alunos não dão muito valor quando o assunto é sobre a cidade”<sup>39</sup>

Os conceitos sobre o patrimônio são abordados numa perspectiva de que o patrimônio local não faz parte da experiência histórica ligada a formação da “nacionalidade”, por isso outros patrimônios “oficiais” são atrativos e, por isso, utilizados como exemplos de patrimônio cultural.

“[...] mais com a cultura, quando abordo sobre a arte barroca, principalmente, com exemplos da cidade de Ouro Preto, falo como as cidades históricas preservam o patrimônio. É que lá eles têm o que preservar, porque também vivem do turismo né tem que preservar mesmo”<sup>40</sup>

De certa forma, esse pensamento reflete o tratamento que os órgãos oficiais dão sobre o patrimônio material, já que este ainda é o mais passível de salvaguarda. Ao desenvolver cartilhas, muitas vezes usadas na educação patrimonial por parte de algumas instituições, esses órgãos fazem a promoção de uma ideia de superficialidade dos bens culturais, quase sempre voltadas a uma valorização do turismo, entendendo tais bens como mercadorias.

Quando se aborda as instituições oficiais que elaboram as diretrizes educacionais que guiam o sistema curricular do ensino de História, supõe-se que as diretrizes tomam como referência as instituições que formam esses profissionais que irão trabalhar com a educação. Dado o exposto, considera-se que na formação do Historiador, assuntos que dizem respeito a complexidade que envolve o termo patrimônio cultural, deveriam ser abordados durante o processo de formação desses profissionais. A interdisciplinaridade, portanto, deveria figurar nesse espaço.

Como propõem Silveira e Bezerra, entendemos que a interdisciplinaridade emerge como uma questão central nos estudos sobre o patrimônio. Diversos campos das ciências sócias, como foi visto,

39 Informante 5 apud GAZZÓLA, Lucivani. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIA E PRÁTICA. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – outubro de 2009, pág. 1450. Disponível em : [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2902\\_1182.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2902_1182.pdf).

40 *Ibid.*, pág. 1453.

tem desenvolvido estudos sobre o patrimônio, considerando a complexidade que envolve a definição do campo e as formas de intervenções nos grupos sociais.

Diante dessa realidade de discussões acerca do patrimônio enquanto processo dinâmico, que não alcança as políticas públicas e o ensino sobre o tema e, para entender porque os educadores da área de história ainda estão alicerçados a ideia de patrimônio que se estabeleceu no Brasil no final do século XIX e início do século XX com as ações do IPHAN, elaboramos o seguinte questionamento: nas instituições federais brasileiras de cursos de graduação em História (bacharelado e licenciatura), regidas pelo mesmo órgão que estabelece as diretrizes curriculares do ensino de história nas escolas, quantas disciplinas incluem o estudo do patrimônio cultural e como são construídas as discussões sobre tema?

#### **4. O patrimônio cultural nos cursos de História: um chamado a interdisciplinaridade.**

Fizemos aqui uma reflexão afim de compreender qual o lugar das discussões sobre o Patrimônio Cultural dentro do âmbito da história. A constante ligação entre ambos deixa quase implícita a ideia de que o debate sobre o patrimônio cultural é amplamente discutido na formação dos profissionais da área de História, tendo em vista que os profissionais dessa área estão inseridos em diversos processos que envolva o trato com o patrimônio. Seja nas ações da educação patrimonial, nos concursos realizados por órgãos responsáveis pela proteção dos bens materiais e imateriais, o profissional da área de História aparece como figura central nesse processo, enquanto profissionais de diversas outras áreas, cuja discussões sobre o patrimônio são amplas, ficam sempre a margem dessa escolha<sup>41</sup>. Porém, um olhar atento ao processo de formação dos profissionais da área de História revela que as discussões que envolvam a diversidade do campo patrimonial não são amplamente debatidas nos cursos, sendo quase nula na maioria dos cursos de História das universidades federais brasileiras.

Segundo o Ministério da Educação (MEC)<sup>42</sup>, no Brasil existem 68 universidades federais<sup>43</sup>. Dentre as 68 universidades, foram contabilizados a existência de 51 cursos de História<sup>44</sup>. Ao analisarmos, dentre as grades dos cursos de História, as que possuíam em seu currículo disciplinas obrigatórias<sup>45</sup> que trata

41 Podemos citar as áreas de Turismo e Museologia, amplamente consagradas no estudo do patrimônio mas quase sempre excluídas dos processos que envolvam a educação patrimonial ou concursos ligados para a preservação do patrimônio cultural.

42 O Ministério da Educação (MEC) é um órgão do governo federal que trata da política nacional de educação em geral, compreendendo: ensino fundamental, médio e superior; educação de jovens e adultos, seja profissional, especial ou à distância; informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; e magistério. Disponível em: <https://www.servicos.gov.br/orgao/244?nome=Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>

43 Dados disponíveis em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado no dia 15/09/2018.

44 Para uma melhor visualização dos currículos e programas pedagógicos, optamos por junta-los em um único arquivo. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=17veKGnf9ZpdywVH5ik7qzmz-bQdjPma4O>.

45 Optamos por escolher as disciplinas obrigatórias devido a sua representação dentro das grades curriculares, já que representam

sem do tema Patrimônio/ Patrimônio Cultural/ Educação Patrimonial/Patrimônio Histórico/ Patrimônio Material e Imaterial, encontramos um quadro representativo da realidade do ensino de patrimônio cultural nas universidades federais brasileiras. Esses dados podem ser observados no quadro abaixo, permitindo uma visão mais ampla do número de universidades que tratam o patrimônio cultural como discussão obrigatória dentro dos cursos de História.

Universidade		Licenciatura	Bacharelado
		Disciplinas obrigatórias com as palavras chaves Patrimônio/ Patrimônio Cultural/Educação Patrimonial/Patrimônio Histórico/ Patrimônio Material e Imaterial.	Disciplinas obrigatórias com as palavras chaves Patrimônio/ Patrimônio Cultural/ Educação Patrimonial/Patrimônio Histórico/ Patrimônio Material e Imaterial.
1	Universidade Federal de Goiás (UFG) Campus Catalão		Laboratório de Prática de Pesquisa em Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental
2	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	ENSINO DE HISTÓRIA: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	
3	Universidade Federal de Pelotas(UFPEL)	Educação Patrimonial	Educação Patrimonial
4	Universidade Federal do Cariri(UFCA)		Introdução à História do Patrimônio
5	Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF)	Patrimônio Histórico I Patrimônio Histórico II	Patrimônio Histórico I Patrimônio Histórico II Patrimônio Histórico III
6	Universidade Federal do Para(UFPA)		PATRIMÔNIO HISTÓRICO
7	Universidade Federal de Pernambuco(UFPE)	Educação Patrimonial	
8	Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS)		PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL
9	Universidade Federal do Sergipe(UFS)	História e Patrimônio Cultural	

parte do conteúdo obrigatório para a conclusão do curso. As disciplinas eletivas/optativas foram excluídas do quadro de análise por estarem ligadas a escolha subjetiva dos alunos e não aos critérios obrigatórios para conclusão do curso presentes no Projeto Político Pedagógico de cada programa.

10	Universidade Federal de Santa Maria(UFSM)	Educação Patrimonial	
11	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	HISTÓRIA, PATRIMÔNIO e MEMÓRIA	
12	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Patrimônio Histórico Brasileiro	Patrimônio Histórico Brasileiro
13	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	PATRIMÔNIO CULTURAL: MATERIAL E IMATERIAL	PATRIMÔNIO CULTURAL: MATERIAL E IMATERIAL
14	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	História e Patrimônio	História e Patrimônio
15	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia	
16	Universidade Federal do Acre		Patrimônio Histórico Cultural
Total de Disciplinas		11	10

QUADRO - Relação das universidades federais que contêm em sua grade curricular do curso de História disciplinas obrigatórias que tratam do tema Patrimônio/ Patrimônio Cultural/ Educação Patrimonial/Patrimônio Histórico/ Patrimônio Material e Imaterial

O quadro revela que dentre os 51 cursos de História das universidades federais no Brasil, apenas 16 apresentam disciplinas obrigatórias voltadas para o tema Patrimônio/ Patrimônio Cultural/ Educação Patrimonial/Patrimônio Histórico/ Patrimônio Material e Imaterial. Quando dividimos o curso entre Licenciatura e Bacharelado, percebemos que o número se reduz a 11 nos cursos de Licenciatura e 10 nos cursos de Bacharelado. Mais drástica se torna a análise quando focamos nas disciplinas de Educação Patrimonial, presentes como disciplinas obrigatórias, resultando somente em 3 universidades.

Quando direcionamos o olhar para os programas das disciplinas e as referências bibliográficas, notamos que os estudos ainda são baseados em aspectos jurídicos e materiais do patrimônio cultural. Em diversos casos, o patrimônio é abordado sobre a luz de teóricos da história que procuraram debruçar sobre a análise de documentos. Dentre estes, encontram-se Jacque LeGoff e Marc Bloch (UFG, UNIFESSPA, UFPA, UFRGS, UFGD, UFV), o que permite observar o direcionamento para o aspecto documental e material do patrimônio.

Quando o foco é o patrimônio brasileiro, as discussões são baseadas nos estudos desenvolvidos

por Maria Cecília Londres Fonseca e Marcia Chuva (UFG, UFCA, UFJF, UFPA, UFRG, UNILA, UNIRIO), procuraram compreender os processos de consagração do patrimônio no Brasil por meio das políticas do IPHAN. Justamente por isso, seus estudos são focados nas ações do IPHAN em um período que o patrimônio histórico e artístico brasileiro era vinculado a uma visão específica da história consagrada por grandes monumentos e heróis. Soma-se a isso o consagrado estudo de François Choay, “Alegoria do Patrimônio”, que figura em boa parte dos programas analisados (UFCA, UFJF, UFPA, UNILA).

Entendemos a importância desses autores para os estudos do patrimônio, uma vez que tais dimensões não devem ser excluídas do estudo do tema, sendo também constituintes dos métodos de análise e valorização da identidade nacional. Porém, nota-se uma ausência de trabalhos interdisciplinares que colaborem para um entendimento diversificado do patrimônio, dado a complexidade que envolve o conceito. As abordagens sobre o patrimônio presentes nos cursos de história das instituições federais de ensino são pensadas sobre o espectro das concepções de patrimônio construídas historicamente. Focam-se mais na trajetória histórica das ações de preservação dos bens culturais. Poucos foram os autores encontrados que procuraram abordar o patrimônio para além do aspecto material.

Foi possível visualizar duas disciplinas que procuraram diversificar sua abordagem, apresentando, tanto em suas ementas, quanto nas suas bibliografias, discussões mais amplas sobre o patrimônio cultural: a disciplina “Patrimônio Cultural: Material e Imaterial” da UFGD, que procurou abordar o patrimônio material (arquitetônico, arqueológico, artístico visual) e imaterial (antropológico, musical, hábitos, crenças)<sup>46</sup>; e a disciplina “Patrimônio, Cultura Material e Arqueologia” da UNIPAMPA. Mesmo voltada para o aspecto material do patrimônio ligado a arqueologia, o programa da disciplina desta última não deixa de abordar a importância da interdisciplinaridade como ferramenta para o trato com o patrimônio no ensino de História.

**“Ementa:** História da Arqueologia e de sua afirmação como ciência. Abordagens teóricas e metodológicas para o estudo arqueológico da cultura material. Papel social da Arqueologia e sua relação com a construção dos patrimônios e das identidades. Possibilidades didáticas

---

46 **É descrito no programa:** “A trajetória do conceito de patrimônio cultural a partir do séc. XVIII. Discussão dos conceitos de material e imaterial. O debate conceitual sobre patrimônio material (arquitetônico, arqueológico, artístico visual) e imaterial (antropológico, musical, hábitos, crenças) à luz da legislação brasileira, das cartas patrimoniais do IPHAN e das recomendações dos órgãos internacionais (como a Declaração da UNESCO de 2006). Experiências contemporâneas de gestão patrimonial, e suas interfaces com o Turismo Cultural e a Educação Patrimonial. Panorama do patrimônio cultural brasileiro. Políticas de preservação. Comunidades, memória social e patrimônio cultural. Paisagem cultural. Valorização dos saberes e fazeres locais e regionais. Apropriação do patrimônio cultural pelas comunidades usuárias. Inventários de bens culturais; atuação nas comunidades, visando à educação do olhar das mesmas em relação aos seus bens culturais. Identificação de bens culturais para inscrição junto aos órgãos de proteção ao patrimônio cultural!”. Disponível em : <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/HISTORIA/Projeto-Pedag%C3%B3gico-de-Curso-2017%20-%20Pronto%20e%20formatado.pdf>, pág. 36.

e pedagógicas de abordagem da temática no ensino de História.

**Objetivos:** Problematizar e desnaturalizar a construção dos patrimônios tendo como campo de observação o contexto de inserção do Curso. Fomentar o diálogo interdisciplinar por meio de um embasamento conceitual e de ferramentas pedagógicas o ensino de História. Incentivar o uso de pressupostos da Arqueologia, da Cultura Material e do Patrimônio no ensino de História<sup>47</sup>

Entendemos que a análise dos programas do curso não supera as experiências em sala de aula. Muitas vezes, a realidade onde se estabelece as discussões sobre o patrimônio, que envolvem as especificidades do ambiente no qual o tema é abordado, podem proporcionar um debate que vai além do que é proposto dentro do programa da disciplina e do curso. Mesmo com essa possibilidade, acreditamos que esse artigo trouxe demonstra problemas que ainda persistem dentro do âmbito da História e da sua relação com o patrimônio cultural no ensino institucionalizado.

O Projeto Pedagógico de Curso de praticamente todos os cursos de História analisados, quando tratam do perfil dos formandos, garantem que estes estarão aptos a desenvolver atividades de docência e de pesquisa nos âmbitos de produção e difusão do conhecimento histórico em instituições de ensino, como museus ou em órgãos de preservação de documento. Afirmam ainda que estarão capacitados para trabalhar no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio histórico e artístico cultural. Paralelamente, a Disciplina História é descrita dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como foi visto no início deste trabalho, como uma disciplina que pretende trabalhar a pluralidade do patrimônio sócio cultural brasileiro. Mesmo estabelecendo essa ligação, vimos que na realidade das universidades brasileiras, quando existem as disciplinas, não são elucidados de maneira interdisciplinar os estudos do Patrimônio Cultural para capacitar o Historiador para uma abordagem ampla da complexidade que envolve o campo do patrimônio.

Sempre ligados aos trabalhos que envolvem a Educação Patrimonial, vimos que no processo de formação do licenciando em História, é praticamente nula a preparação desse profissional para trabalhar com o patrimônio cultural de forma lúdica nos espaços escolares. Isso se reflete nos problemas apresentados nesse artigo, em que as abordagens por parte do Educador Patrimonial, estão sempre direcionadas a uma visão oficial, histórica, do patrimônio, focado na materialidade e numa visão colonial.

Portanto, entendemos que as abordagens transdisciplinares, que, indo além da interdisciplinaridade, propõe a transversalidade de disciplinas, imbricando conceitos de uma na outra, seja ponto de partida para o fomento do patrimônio cultural brasileiro. Para que uma atualização e reconfiguração do

---

47 Disponível em: [http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/files/2013/03/PPC\\_Histo%C2%B4ria-Licenciatura-UNIPAMPAfinal-redux.pdf](http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/historia/files/2013/03/PPC_Histo%C2%B4ria-Licenciatura-UNIPAMPAfinal-redux.pdf), págs. 92- 93.

tratamento do tema nas escolas e programas de educação patrimonial ocorra, é necessário que as ementas das disciplinas dos cursos formadores dos profissionais em História sejam revisadas, atendendo às mudanças de conceitos e discursos que o próprio tema passou nos últimos anos.

Como meio de reverter essa instauração do discurso paternalista e colonial nas escolas, e a partir de experiências profissionais dentro das áreas da Museologia e da Arqueologia, propomos o entendimento e o exercício prático de inserção de tais disciplinas adicionadas a tantas outras, como a Sociologia, a Antropologia ou o Turismo, no processo de formação de conceitos e construção do conhecimento nas universidades acerca do patrimônio cultural. Essas disciplinas precisam ser compreendidas como constituintes no estudo deste tema tão plural e dinâmico, ao invés de entendê-las como contribuintes de um processo que ocorre no âmbito da disciplina da História somente ou prioritariamente. Mesmo que, cada uma delas, incluindo a História, possua suas próprias idiosincrasias de formação de conceitos e métodos, repletas de arcabouços nascidos num sistema colonial de construção do saber institucional, quando trabalhadas transversalmente, se complementam com abordagens que desconstruem tais bases discursivas.

Portanto, para desconstruir a forma como o patrimônio cultural vem sendo tratado nos Planos Políticos Pedagógicos das escolas brasileiras, para que o patrimônio cultural seja respeitado enquanto mutante e dinâmico, fomentando identidades ao invés de expor pertencimentos preestabelecidos, chegamos à conclusão que duas ações imediatas são necessárias. Primeiramente, uma reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de História para que se adaptem às abordagens sobre patrimônio cultural e aos métodos de educação patrimonial, já existentes em outras disciplinas, que trazem um entendimento do tema menos patriarcal, estático e colonial. E, paralelamente, uma abertura do Lugar de ensino nas escolas sobre o tema patrimônio cultural para profissionais provenientes de outras áreas do saber além da História, descentralizando e democratizando a educação patrimonial. Além disso, é essencial que se amplie as disciplinas obrigatórias que tratem do tema patrimônio cultural nos cursos de História das universidades federais brasileiras. Como foi possível perceber neste artigo, tem recebido pouca atenção nas grades curriculares dos cursos de História.

## Referência Bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A longa duração. N.º 62 — REVISTA DE HISTÓRIA — Vol. XXX Ano XVI. Abril-Junho, 1965, 34 págs.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. MES: SPHAN. Números 1 a 7.

Anos 1937 a 1945. Número 34. Ano 2012.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 págs.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SALA DE AULA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A REALIZAÇÃO DO PROJETO MAIS CULTURA NAS ESCOLAS NA ESCOLA MUNICIPAL BORGES MACHADO, NO PIAUÍ. CULTURA HISTÓRICA & PATRIMÔNIO, volume 4, número 1, 2017, 18 págs.

CHAGAS, Mario. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006, 134 págs.

\_\_\_\_\_ A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Mario Chagas Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009, 257 págs.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social, 2014, 14 págs.

CHUVA, Márcia Regina Romero. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: OFICINA DE PESQUISA: a pesquisa histórica no IPHAN, I., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Copedoc/ IPHAN, 2008, págs. 27-44.

\_\_\_\_\_ Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, 484 págs.

CURY, Marília Xavier. Cadernos do CEOM - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação, 2005, 30 págs.

Currículos disciplinares e Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de História das universidades federais no Brasil. Disponível em : <https://drive.google.com/open?id=17veKGnf9ZpdywVH5ik7qmz-bQdjPma4Q>.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. Revista CPC, São Paulo, n.22, págs. 267-291, jul./dez. 2016, 25 págs.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, 328 págs.

GAZZÓLA, Lucivani. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIA E PRÁTICA. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia – outubro de 2009, 13 págs.

GONÇALVES, José Reginaldo. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil/ José Reginaldo Gonçalves - Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996, 140 págs.

---

Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007, 252 págs.

GUEDES, Tarcila. O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Tarcila Guedes. - São Paulo: Annablume:2000, 104 págs.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: 5 – 24. 1988, 23 págs.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, 189 págs.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guraracira Lopes Louro - 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 104 págs.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. O Patrimônio por Escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45). Dissertação de Mestrado. 2010, 210 págs.

MATTOZZI, Ivo. CURRÍCULO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO. Educação em Revista | Belo Horizonte | n. 47 | págs. 135-155 | jun. 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. A revista do instituto histórico geográfico Brasileiro (ihgb) e as populações indígenas no Brasil do II reinado (1839-1889). Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil, vol. 10, núm. 1, 2006, págs. 117-142.

MOUTINHO, Mario. Sobre o conceito da Museologia Social. Cadernos de Museologia, Nº 1, 1993, 2 págs.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do. História, Patrimônio e Educação Escolar: diálogos e perspectivas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo/SP, 2011.

---

\_\_\_\_\_. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA NA ILHA DO MEL. História & Ensino, Londrina, v. 21, n. 1, págs. 253-269, jan./jun. 2015

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3, págs. 121-147. set.-dez. 2016.

PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 págs.

ROSSI, Claudia Maria Soares. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuições para a formação de professores. Horizontes, v. 35, n. 1, págs. 113-120, jan./abr. 2017.

RUBINO, Silvana. As Fachadas da Memória: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991, 210 págs.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001, 194 págs.

\_\_\_\_\_. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa-PR, v.1, n.1, 15 jul./dez. 2006, 10 págs.

SANTOS, Mariza Veloso Mota. O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a academia SPHAN: relação entre modernismo e barroco. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018, 458 págs.

SANT'ANNA, Marcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1995, 293 págs.

SCHEINER, Teresa Cristina M. *Imagens do 'Não Lugar'. Comunicação e os 'novos patrimônios'*- Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2004, 318 págs.

---

\_\_\_\_\_Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, págs. 15-30, jan.-abr. 2012.

SILVEIRA, Flávio L. A.; BEZERRA, Márcia. Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F. et al (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007, págs. 81-97.